



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 027

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE MAIO DE 2003**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Elza Soares e pelo senhor deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 15/2003

Exmos. Srs. secretário da Fazenda e secretário da Segurança Pública:

O deputado Edson Praczyk dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a isenção do pagamento de taxas de expedição de 2ª via de cédula de identidade e carteira de habilitação às pessoas que comprovarem ter sido vítimas de furto ou roubo.

2) A requerente deveria apresentar, no ato do pedido de expedição de 2ª via, a ocorrência policial como meio de prova do ato ilícito contra ele praticado.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Devido aos inúmeros casos de furtos e roubos de documentos, seria esta uma medida consciente e oportuna, pois a aprovação da presente indicação sugerindo a isenção das taxas para a expedição da 2ª via da cédula de identidade e a carteira de habilitação, quando da ocorrência de furto ou roubo, minimizará em parte os prejuízos das pessoas que sofrem estes tipos de delitos.

Desta forma, tendo em vista que é dever do Estado, previsto no texto constitucional, garantir a segurança a todos, entendendo que esse seria um benefício para a população paranaense, que ora se encontra vulnerável, devido ao vultoso número de assaltos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Jovita R. Machado Kaiser, ex-secretária municipal da Educação e ex-chefe do Núcleo Regional de Educação em Londrina, uma pessoa de extrema importância para o sistema educacional da região.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Alaor Alves Pinto, ocorrido na segunda-feira, dia 28/04/2003, em Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do município de Nova Londrina e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Dr. Alaor Alves Pinto, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

O extinto marcou sua passagem naquela cidade noroestina, pela construção de vasto círculo de amizades, conquistado em virtude da sua simpatia e dedicação às causas comuns. Exerceu com dedicação e seriedade a função de professor de escola pública e consolidou prestigiosa banca advocatícia durante vinte anos, marcando presença constante nas atividades do Clube da Justiça da Comarca de Nova Londrina.

Dirigente político, emprestou ainda seus conhecimentos jurídicos à administração municipal, quando do exercício da assessoria junto à Prefeitura do município.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Dr. Alaor Alves Pinto.

Que, da decisão se dê ciência aos poderes constituídos de Nova Londrina, com o envio de cópia do presente requerimento à egrégia Câmara de Vereadores daquele município.

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Vicente Elias, ex-prefeito de Paranaguá, ocorrido em Curitiba - PR, no dia 29 de abril de 2003.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 003/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 051/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvi-

do o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 002/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e apoio aos organizadores do Femucic - Festival de Música da Cidade Canção, pelos seus 27 anos de mostra musical.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O Femucic é um festival de nível nacional, e acontece, anualmente, na cidade de Maringá, e é realizado pelo Serviço Social do Comércio - SESC, em parceria com a TV Cultura de Maringá e Prefeitura Municipal.

Nasceu em 1977, com o nome de Femusesc e, em 1978, passou a chamar-se Femucic - Festival de Música Cidade Canção.

O que era apenas um pequeno movimento musical, atrai hoje músicos, cantores e compositores de todos os cantos do país. Sendo firmadas diversas parcerias com a gravação e distribuição de discos do Femucic.

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenário de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município Pranchita, em 11 de maio deste.

O município de Pranchita comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica. Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Pranchita por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Neuto Sartor, ao presidente da Câmara Municipal, Exma. senhora vereadora Catarina Fedrigo, assim como ao vice-

prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal, ambos na Rua Simão Fanquinaldo, 364, Pranchita-PR. CEP:85730-000.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município Cantagalo, em 12 de maio deste.

O município de Cantagalo comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica. Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Cantagalo por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Mateus Paulino da Rocha, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. senhor vereador Almir de Paula Xavier, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Rua Cinderela, 379, e Câmara Municipal, na Rua Santo Antônio s/n - Cantagalo-PR. CEP:85160-000.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 830

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município Jesuítas, em 13 de maio deste.

O município de Jesuítas comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque

e prestígio perante os demais da região. Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Jesuítas por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Francisco Rodrigues da Silva, ao presidente da Câmara Municipal, Exma. senhora vereadora Maria José de Medeiros Lima Bonjorno, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal, ambos na Rua Padre Leonel França, 369 - Jesuítas-PR. CEP:85835-000.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município Virmond, em 17 de maio deste.

O município de Virmond comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica. Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Virmond por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Osmar Luiz Palinski, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. senhor vereador Celso Pszdzinirski, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Rua XV de Novembro, 608 e Câmara Municipal, na Rua Duque de Caxias, 50 - Virmond-PR. CEP:85390-000.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela

passagem do aniversário do município Nova Laranjeiras, em 16 de maio deste.

O município de Nova Laranjeiras comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica. Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Nova Laranjeiras por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Nelci da Rosa, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. senhor vereador Ernani José Bueno, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal, ambas localizadas na Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Nova Laranjeiras-PR. CEP:85350-000.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenário de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município Entre Rios do Oeste, em 18 de maio deste.

O município de Entre Rios do Oeste comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica. Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Entre Rios do Oeste por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Elpídio Holzbach, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. senhor vereador Paulo Vogt, assim como ao vice-

prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Rua Tocantins, 600, e Câmara Municipal, na Rua Amazonas, 790 - Entre Rios do Oeste-PR. CEP: 85988-000.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Joaquim Gil, escritor, ex-professor e atualmente cartorário no município de Wenceslau Braz.

A referida homenagem deve-se pelo fato deste paranaense estar há 71 anos do Estado, servindo e colaborando com a população e o crescimento do município de Wenceslau Braz.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Anísio Augusto Bertipaglia, natural de São José do Rio Preto, São Paulo.

A referida homenagem deve-se pelo ato pioneiro do Sr. Anísio, que reside no Paraná desde 1942, estabelecendo-se inicialmente no distrito de Taquerama e atualmente na cidade de Londrina.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, solicitando empenho para efetivação plena da Lei Estadual nº 13.199.

A lei acima citada, de autoria da requerente, foi aprovada na Assembléia do Paraná, autorizando a construção do Hospital Regional do Sudoeste, para atender demanda daquela região.

Tendo em vista a aprovação da referida lei, solicitamos que a Secretaria faça o estudo e o levantamento técnico da viabilidade da construção do HR de Francisco Beltrão.

Entendemos assim que remanejando e destinando recursos para a realização dos estudos necessários a

Secretaria estará contribuindo para a execução da presente lei.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que este momento é apropriado, seja pelo fato do Sudoeste não dispor de Hospital Regional Público, seja pelo fato da região não dispor de centros públicos aptos a receberem os repasses do Governo do Estado no Programa de Incentivo aos Hospitais Estratégicos, somados e fundamentados com a aprovação da Lei nº 13.199.

A população do Sudoeste foi vitoriosa com a aprovação da Lei nº 14.199, mérito da própria população que discutiu muito antes de apresentar a Assembléia, com a sociedade civil organizada, com as entidades e com os representantes da população.

A execução da referida lei contemplará uma população que não aguenta e não entende porque tem que se deslocar em média 500 quilômetros para ser atendida pela saúde pública, enquanto profissionais da região fazem o mesmo atendimento particular.

A população do Sudoeste é de aproximadamente 600 mil habitantes e tem 42 municípios e precisa da boa vontade deste novo governo e do esforço do secretário da Saúde, para que se realize uma obra de tamanha grandeza social.

Certa da compreensão e do atendimento desde já nossos agradecimentos.

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de expediente ao diretor-geral de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Gabriel Costa Passos, solicitando cópia do Contrato de Locação do barracão onde está funcionando o Instituto Médico Legal - IML de Londrina, localizado à Rua Araçatuba, 77, e qual foi o investimento que o Estado fez no prédio, discriminando se houve.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 808

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novos postos nos seguintes municípios: Faxinal, Iporã, Londrina (05 conjuntos), Santo Antônio

da Platina e Porecatu, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar, CEP: 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. senhor governador do Estado, solicitando que sejam tomadas providências quanto ao tratamento que vem sendo dado aos seguranças do Cadeião de Guarapuava.

Existem denúncias que a empresa administradora não paga seguro de vida, não fornece vale transporte, não paga adicional de insalubridade e os seguranças trabalham desarmados, o que ocasionou, em dias passados, greve no setor.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para o funcionamento adequado do IML de Londrina.

O presente requerimento deve-se pela falta de funcionários, veículos, equipamentos e reparos no prédio desde sua inauguração (27 de dezembro de 2002), solicitando a contratação de funcionários, disponibilização de mais um veículo e equipamentos, pois o referido órgão atende cerca de 50 municípios do Norte do Estado com essas condições precárias.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual de Obras, solicitando a pavimentação do desvio do município de Wenceslau Braz para o município de São José da Boa Vista na PR-092.

O presente requerimento deve-se pelo intenso tráfego de caminhões na região e a forte incidência de acidentes fatais, como o ocorrido há 15 dias, vitimando 4 pessoas.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Segurança Pública, para que seja solucionada a questão das viaturas do 5º BPM - Londrina.

O presente requerimento deve-se pela situação das 14 viaturas, que se encontram inutilizadas no 5º BPM - Londrina, por falta de conserto.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Companhia Paranaense de Energia - Copel, pedindo a instalação de um Posto de Atendimento da Copel em Ibiporã, para melhor atender a população deste município.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente a Companhia Paranaense de Energia - Copel - Rua Coronel Dulcídio, 800 - Batel, CEP: 80420-170 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Exmo. senhor secretário de Estado da Administração e da Previdência, Reinold Stephanes, solicitando a relação dos servidores públicos estaduais que recebem vencimentos superiores aos recebidos pelo presidente da República e pelo governador do Estado.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento da rodovia que liga o município de São João do Ivaí ao município de Godói Moreira.

O referido pedido se justifica tendo em vista que a rodovia que liga os referidos municípios, se encontra em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, à secretária Estadual da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, informações sobre a aplicação da Lei nº 13.133, que prevê o Programa de Incentivo a Cultura.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Cultura - Rua Ébano Pereira, 240 - CEP: 80410-903 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.05.2003

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 240/2003**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto São Miguel Arcanjo com foro e sede no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto São Miguel Arcanjo, fundado no dia 04.01.2000, com sede e foro à Rua Alfredo Mazza, nº 33, no município de Curitiba-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prática da caridade como dever social e princípio moral espiritualista, exercendo plenamente a solidariedade junto a comunidade.

Presta serviços de orientação espiritual e religiosa a todas as pessoas, bem como oferece assistência e reintegração de menores carentes, auxílio a pessoas carentes, doentes e alcoólatras, buscando a reintegração à sociedade.

Atenção especial é dedicada às crianças carentes, que necessitam de apoio, de reforço escolar, orientação espiritual, assistência social, alimentação, amor e de lazer. Seus pais também são assistidos pelo Instituto.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo Instituto São Miguel Arcanjo, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 241/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a entidade Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, que tem por finalidade complementar a educação integral dos estudantes do município de Jandaia do Sul e dos municípios vizinhos que não tem uma instituição de ensino superior que possa promover a ampliação do conhecimento dos que buscam um ensino superior ou ainda o aperfeiçoamento técnico de quem já possui um conhecimento e ensino superior.

A busca do desenvolvimento de um país deve ser iniciada com a possibilidade da educação de seu povo, portanto, devemos incentivar a criação de universidades, principalmente em municípios de médio porte onde a população tenha acesso a uma educação digna e aprofundada, baseada principalmente na competência de uma instituição séria e conceituada, precisamos incentivar a constituição e principalmente a permanência desta instituição nesta municipalidade.

Pela importância apresentada, e certo da compreensão e sentimento recíproco do desejo de poder incentivar a propagação do conhecimento e da cultura em nossos país, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 242/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de Taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

1. Acrescentar-se ao parágrafo 2º do artigo 8º, o inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 8º -.....

I -.....

II -.....

III -.....

IV -.....

V - as exposições-feiras.

2. Suprime-se da Tabela para Cálculo da TSP no item 1.1.2. a expressão exposições-feiras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.2003.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

É obrigação do poder público promover a segurança da população, principalmente em eventos públicos, como é o caso das exposições-feiras, que pela sua natureza torna-se o evento de maior relevância econômico - social da região, que tem o fito de fomentar o desenvolvimento da indústria, do comércio, da agricultura e da pecuária, que formam a alavanca econômica do Estado.

Considerando ainda que tais eventos, atraem milhares de pessoas de todas as camadas sociais, quer por interesse econômico ou de lazer, e que também se fazem presentes autoridades regionais, estaduais, federais e até internacionais, trazendo dividendo econômico e tecnológico ao Brasil.

A realização de tais eventos é sem dúvida de interesse público, sendo seus organizadores as Prefeituras Municipais, as Associações Comerciais e Industriais e as Sociedades Rurais.

A cobrança da supracitada taxa além de onerar ainda mais as combalidas finanças dos organizadores, é injusta, sendo ainda inaceitável que o Estado vincule a segurança pública de tais eventos ao pagamento de pesadas taxas. Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres pares para a supressão da referida taxa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que me traz nesta tarde à tribuna desta Casa de Leis, é uma preocupação com relação à implantação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Eu pretendo relatar a todos vocês a situação histórica desse curso. O deputado Antonio Anibelli, que dias desses aqui na Assembléia Legislativa conversou conosco, questionando a implantação desse curso na nossa Universidade, com certeza, preocupado para que esse curso possa ser um dos bons cursos de Medicina no Estado do Paraná.

Esse curso, companheiros, foi criado pelo então governador Paulo Pimentel, na mesma data da criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 1968. De lá para cá vários governos passaram no Estado do Paraná, e esse curso não foi implantado por nenhum deles.

Outros cursos nesse período vimos ser implantados em universidades do Estado do Paraná. Vimos lá na

região de Cascavel a Unioeste implantando um curso de Medicina. E o tempo se passou e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, sempre pedindo, reivindicando através de suas autoridades, de seus políticos, e seus empresários, sempre pedindo aos governos que passaram, e até então, nenhum deles se preocupou com tal situação.

No ano de 2001, no governo passado, fizemos um movimento político junto com toda a comunidade pontagrossense, com o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e conseguimos obter a boa vontade do governador anterior, de tornar realidade esse curso de Medicina na Universidade Estadual.

No ano de 2001 quando foi implantado, a Universidade começou a receber os recursos necessários, dentro do tempo certo para que esse curso pudesse receber os seus acadêmicos pós-vestibular, vestibular esse que teve o número de cento e dez candidatos por vaga em Medicina. Tivemos, após esse processo de vestibular, a execução de obras no campo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para que no começo deste ano pudéssemos ter as primeiras aulas. Tivemos quarenta vagas de medicina aprovado para aquela universidade. As aulas começaram agora em fevereiro e os acadêmicos já estão em sala de aula.

As necessidades para a implantação do curso de Medicina aconteceram e estão acontecendo de acordo com o cronograma de investimentos necessários para que tudo isso possa ser realidade.

Condições necessárias para esse primeiro e segundo anos do curso de Medicina: temos a necessidade de laboratórios, sendo que eles já estão em funcionamento, porque dentro da área de saúde, o mesmo laboratório utilizado para Farmácia-Bioquímica, é utilizado no 1º ano do curso de Medicina por aqueles alunos que ali estão estudando. Espaços didáticos também, salas de aula, laboratórios de informática, biblioteca já tem. E também recursos repassados para a UEPG, estão investidos para conclusão da execução de mais salas de aula que estão acontecendo, e dentro de um prazo curto, dentro de 90 dias o término e a conclusão de todas essas obras será realidade.

Também equipamentos necessários em todas as áreas. O que a universidade não tinha, já adquiriu; está pagando, uma boa parte deles já está pago, o restante está por pagar.

Isso faz com que tenhamos um bom curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Quero dizer a todos vocês, que a preocupação de todos aqueles que pensam no curso de Medicina é a implantação do Hospital Universitário. Nós temos a necessidade deste hospital, a partir do terceiro ano, do ano de 2005. Até então a universidade faz tratativas com os hospitais da cidade de Ponta Grossa. Uma Santa Casa de Misericórdia, como o Hospital Bom Jesus, daria uma parceria num convênio, que ela possa fazer a implantação desse hospital. Temos tempo para tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto a V. Exa. no horário do seu Partido.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Obrigado, senhor presidente. Nós temos uma preocupação, sim, de ver esse curso ser levado em frente. Ali alunos já estudam, famílias preocupam-se com seus filhos que passaram no vestibular, para encaminhá-los de outros municípios, para a cidade de Ponta Grossa para estudar.

O curso é uma realidade, os alunos estão estudando, a universidade está preparada para ter bons cursos de medicina no Estado do Paraná. Os investimentos aconteceram lá no governo anterior, um número significativo, já, sempre dentro de um cronograma de execuções. Mais de R\$1 milhão e 200 mil reais, foi investido, só no ano de 2002. Neste ano, já investiu e liberou recursos na casa de R\$230 mil reais, recursos necessários para a implantação desse curso.

Nobres companheiros, senhor presidente, o curso é uma realidade, os alunos lá estão estudando. O que não podemos admitir é que uma entidade representativa dos médicos do Brasil, venha trazer opiniões contrárias à Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma opinião sem uma análise profunda e concreta, uma opinião semelhante àquela que eles emitiram na implantação do curso de Medicina em Cascavel, aonde a Associação Médica Nacional baixou normas contrárias para que aquele curso pudesse ser implantado. Está contra a vontade dessa entidade implantado; está formando bons médicos. No começo com dificuldades, sim, tanto é que foi questionado, pela Associação Médica. Hoje um curso exemplar para o Estado do Paraná.

Quero ver a cidade de Ponta Grossa da mesma forma. Não é justo que a entidade, órgão representativo dos médicos façam o trabalho contrário, depois que o curso já está em andamento. Tiveram oportunidade de fazer lá atrás, há mais de um ano atrás, uma movimentação para que esse curso não fosse implantado. Agora que o vestibular já aconteceu, que os alunos estudam, não é justo que a Associação Médica traga, agora, uma discussão de um fato já foi consumado.

Tudo isso tenho certeza, não vai fazer com que mude o destino desse curso que lá na cidade está implantado.

Vou pessoalmente no Palácio Iguaçu, conversar com o secretário de Ciência e Tecnologia e ao mesmo tempo conversar com os representantes dos médicos, para que possa ouvir deles o porquê que estão fazendo tudo isso.

O curso na verdade é irreversível, nobre deputado Anibelli, porque os laboratórios já estão comprados, as salas de aulas já estão praticamente prontas, os alunos já estão com mais de 60 dias assistindo às aulas. E esse curso, com certeza, vai poder formar aqui no Estado do Paraná, o médico da família. É o primeiro curso do

Estado que é voltado para a formação do médico da família. Tenho certeza, com o apoio de todos os paranaenses, dos pontagrossenses, dos moradores dos Campos Gerais, nós teremos, sim, a condição de formar mais médicos, porque lá na nossa cidade, na região, está faltando médico, temos deficiência seriíssimas, temos dificuldades de ter médicos trabalhando nos postos de saúde no nosso município. Quero ver no resultado desse curso, esses acadêmicos lá nos bairros da cidade podendo atender à nossa população carente.

A opinião pública traz o resultado que 60% dos pontagrossenses estão preocupados com a saúde no município, e a preocupação maior é a falta de médicos para atender aquela população.

Quero ver toda essa polêmica ser tirada da discussão e o nosso curso poder caminhar.

Concedo um aparte ao deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli

Quero cumprimentá-lo pela defesa do curso de Medicina de Ponta Grossa. Sou favorável também. Aquele dia que entramos em debate, em virtude das críticas do deputado Jocelito Canto contra a falta de UTI's, V. Exa. apartou, e nós entramos dizendo da boa vontade do governador, que o governador tinha anunciado o apoio de 100 mil reais por mês ao Hospital de Ponta Grossa. Somamos com ele; não sou contra o curso de Medicina. Claro que temos de debater, e o debate é esclarecedor.

Estamos ajudando V. Exa. na defesa, mas cobrando trabalho. Não sou a favor da Associação Médica. Estamos ajudando o governo do Paraná, como V. Exa.

Não estou satisfeito porque estou sendo criticado pelo jornal de Ponta Grossa. São assuntos que vêm à tona e que debatendo, iremos esclarecer. Que a Faculdade de Ponta Grossa cresça, que dêem condições e que tenhamos excelentes médicos, como tem o Paraná.

Somo-me a V. Exa. nesse problema.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Agradeço suas palavras, deputado Antonio Anibelli. Tinha certeza que V. Exa. não era contrário à implantação do curso. Preocupo-me sim, com as condições da Universidade, porque a matéria que V. Exa. viu na Gazeta do Povo preocupou.

Fiz questão de aqui trazer as colocações que estão dentro de um cronograma necessário de investimentos. No governo anterior, mais de um milhão e cem foi liberado. Só nesse governo, 250 mil reais. E temos, no decorrer deste ano, investimentos que já estão no orçamento do Estado, em torno de 836 mil reais para serem liberados para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No ano de 2006 teremos a preocupação em ter o hospital universitário, onde vai ter necessidade de mais investimentos pesados. Só nesse ano no orçamento do

Estado, temos à disposição seis milhões e duzentos mil reais para se dirigir e discutir a questão do hospital universitário, que pode ser, em uma hipótese construído, ou ser implantado, que é o que eu defendo, em um dos hospitais da cidade ou no Pronto-Socorro Municipal, para que os investimentos sejam menores, e tudo o que ali for aplicado possa fazer desse hospital um dos melhores dos Campos Gerais.

Concedo um aparte ao deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer que também sou favorável ao curso de Medicina e que sabemos o quanto custou caro a implantação desse curso em Ponta Grossa. Mas, temos que entender que esse Conselho que hoje faz pronunciamentos contra a implantação do curso nesse momento em Ponta Grossa, é um Conselho que nunca foi lá ver quantas pessoas estão morrendo por dia por falta de leitos de hospital.

Entendo que a liberação desse curso tem um pouco também de "dor de consciência" do ex-governador Jaime Lerner, que tanto fez sofrer a nossa cidade nos últimos oito anos; deixou de passar recursos, não nos ajudou, deixou-nos abandonados nesses últimos oito anos no que se refere à saúde e acho que a liberação do curso de Medicina é finalmente "querer limpar a barra" com o povo de Ponta Grossa, mas pelo menos fez no final e nós vamos brigar juntos para que esses "metidos a intelectuais" aqui no Paraná, dos Conselhos, cuidem daqui! Não vão "encher o saco" lá em Ponta Grossa, deixem o curso funcionando, que ele vai bem! No começo é difícil, mas tenho certeza que na sequência o curso de Medicina de Ponta Grossa será um orgulho de todos e que o governador Roberto Requião, preocupado que está com a saúde, já deu demonstração. Neste momento o prefeito está sendo recebido pelo secretário Cláudio Xavier e estão tratando das UTI's que é muito importante, valeu a pena todo o movimento e esperamos que ninguém mexa com esse curso, que para nós é de fundamental importância para termos mais médicos, para não faltar médicos como estão faltando nos postos de saúde onde o povo é atendido.

Por isso, eu lhe cumprimento e estarei junto com V. Exa. na luta para que o curso de medicina seja uma realidade! Já é e vai continuar e não vai ser aí meia dúzia de "gatos pingados" de Conselho, que nunca apareceram em Ponta Grossa para ver nada que vão querer mandar, hoje, no que se refere ao nosso curso de medicina.

Muito obrigado, deputado Plauto!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Agradeço as suas palavras e as do deputado Anibelli, que aqui ponderou e colocou sua linha de visão e convocar a todos para que juntos, aqueles que tiveram votação dentro da região dos Campos Gerais, venham somar conosco neste movimento, para que possamos

mostrar ao governo do Estado do Paraná a preocupação que temos e ao mesmo tempo quanto é importante esse curso para aquela região.

Aqueles representantes da Associação, senhor presidente, senhores deputados, eu quero convidar a todos para ajudar a resolver o problema da saúde dos Campos Gerais e dos demais vizinhos que têm problemas, que não é dessa forma, tentando atrapalhar a implantação do curso de medicina, que eles vão estar contribuindo para a saúde do Estado do Paraná.

Obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Próximo orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de anunciar a presença, neste plenário, do ex-deputado Edno Guimarães, que nos prestigia no dia de hoje na Sessão. É uma honra para nós estarmos recebendo este deputado de peso do Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Será registrado nos Anais desta Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço a palavra, Pela Ordem, com profundo pesar, em nome dos funcionários da Assembléia Legislativa, registrar o falecimento no domingo último, do jornalista Aírton Vieira, que faleceu nesta Capital e que depois de muitos anos de trabalho prestados a esta Casa deixa sua história registrada de um bom funcionário, bom amigo e bom companheiro e jornalista que era de toda imprensa, colega que cobria os trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Esta Casa registrará nos Anais esse pedido de V. Exa.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados:

Tendo sido até certo ponto repetitivo, em colocar a minha opinião em relação ao nosso Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Há poucos dias a CPI que presido, decidiu convocar o presidente do Tribunal de Contas para o dia 07 prestar um depoimento a esta Casa.

Tenho em vista a deliberação da CPI, o Tribunal de Contas prontamente vem atendendo à CPI.

Veja que no dia 29 de abril de 2003, o Tribunal se reuniu para desaprovam as contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico do ano de 1998; do Banco do Estado do Paraná, de 1998; da Banestado Corretora de Títulos e Valores Imobiliários de 1998, também desaprovadas;

Banestado Participações e Serviços, 88 e 89, desaprovadas; Banestado Corretora de Mercadorias, 99 desaprovada; Banestado Corretora de Mercadorias, até 2000 aprovada; Banestado Leasing 01.01.2000, 30.09.2000, desaprovada e Banestado Corretora de Câmbio de Títulos e Valores, aprovada.

Senhoras e senhores deputados: o requerimento previa a análise do Tribunal de Contas de 1995 a 2000. O que recebemos até agora, foram esses períodos que acabo de anunciar.

Pois bem. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar técnico do Poder Legislativo. Como podemos ter aprovado a prestação de contas do governo anterior, se não pudemos contar com essas observações de desaprovção de, por exemplo, Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, que era controlado pelo Banestado?

Na época, o parecer prévio era para a aprovação das contas e assim foi feito por esse. Hoje, diante de uma situação oposta, o Tribunal de Contas se une e delibera pela desaprovção da maioria das contas. Aliás, me parece que se não tivesse acontecido a CPI, talvez o Tribunal de Contas não tivesse tido esse trabalho de colocar na pauta, aprovaram ou desaprovaram as contas dos exercícios de 96, 97, 98, 99, 2000, 2001, 2002 e aí por diante.

Então, senhoras e senhores deputados, o Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar técnico do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Nós precisamos aproximar mais os técnicos do Tribunal de Contas ao nosso Poder Legislativo a fim de conhecermos com profundidade, as questões do Estado.

Lembro-me, falava agora há pouco com o eminente 1º secretário Nereu Moura, inúmeros pronunciamentos aqui nesta tribuna, e nós perguntávamos um ao outro: Quanto será que o Estado investiu na Renault?

O Tribunal de Contas sabia que investiu 136 milhões de reais, na época dólar. Nunca veio aqui alguém do Tribunal de Contas dizer: “Não, o Poder Legislativo. Estamos aqui para parar o seu pronunciamento trazendo informações sobre esse ou aquele tema”.

(Passa a usar o Horário da Liderança do PDT)

Então, senhores deputados, se na época tivéssemos tido a colaboração necessária e de obrigação do Tribunal de Contas, nós não tivéssemos perdido aqui inúmeras horas debatendo o quanto a Audi Volkswagen investiu, se tivéssemos a perfeita assessoria do tribunal de Contas, meu caro deputado Renato Gaúcho, nós saberíamos o quanto o governo do Paraná deu na questão da água, da energia. Quando é que a Sanepar desviou? Por que é que a Sanepar, durante o longo do tempo, contratou serviços de empresas que não recolheram seus encargos sociais? E isso é inadmissível! Como se pode permitir que uma empresa pública pague serviços sem a empresa apresentar a sua negativa de recolhimento de encargo social?

Isso aconteceu com a empresa Mezon e Mercado, que ganhou uma média de dez a doze milhões por ano.

Que começou em um contrato de emergência em 1993, que nunca se encontrou esse plano de emergência. E desafio inclusive o Tribunal de Contas a nos apresentar esse Plano de Emergência 1993/1994.

Então, espero que o Tribunal de Contas atenda às reivindicações da CPI. Espero, sim, que o Tribunal de Contas entenda que nós não temos nada pessoal contra ninguém.

Concedo um aparte ao deputado Hermes da Fonseca.

O Sr. Hermes da Fonseca

Deputado Neivo, V. Exa. que é um estudioso dessas questões, principalmente com relação ao Tribunal de Contas, será que não houve uma omissão total do Tribunal com relação a esta Casa, uma vez que o Tribunal é um órgão técnico auxiliar desta Casa? O Tribunal tem que prestar contas ao presidente da Assembléia! Em primeiro lugar, quem tem que decidir sobre as ações do Tribunal, é a Assembléia.

Então, a ausência do Tribunal de Contas, durante todo o mandato anterior nosso, com relação aos números, com relação às informações privilegiadas com relação ao Banestado e aos demais problemas que hoje estamos discutindo na Assembléia, para mim representa uma omissão total daquela Casa e uma falta de respeito e de responsabilidade perante o Poder Legislativo. V. Exa. concorda?

O SR. NEIVO BERARDIN

Com certeza.

V. Exa. tem razão e eu diria o seguinte: o Tribunal de Contas do Estado tem inclusive o Ministério Público que dá junto o atestado. Quer dizer, pergunta-se ao Ministério Público, mas ele não participa do Tribunal de Contas, não têm uma sala juntos?

Tem! E quem é que remunera os membros do Ministério Público que estão no Tribunal de Contas?

O Tribunal de Contas!

O Sr. Hermes da Fonseca

Mas deveria ser o Ministério Público!

O SR. NEIVO BERARDIN

Deveria ser!

Então, na verdade, o que podemos ver, ilustre presidente da Comissão mais importante desta Casa, é que há uma inversão de valores e que o papel do legislador talvez esteja sendo substituído pelo conselheiro.

O Sr. Hermes da Fonseca

Creio que vamos ter uma grande oportunidade nesta Casa, uma vez que existe uma comissão de revisão do Regimento Interno, que na verdade vai propor um novo Regimento para esta Casa. E precisa ficar bem claro no Regimento desta Casa quais são as atribuições do Tribunal de Contas. Essa é uma maneira de corrigirmos uma

série de distorções e de inversões que existem nessa relação entre o Tribunal de Contas e a Assembléia. Aliás, até na questão do pagamento. O Executivo não deveria repassar o recurso diretamente para o Tribunal de Contas. O recurso deveria sair desta Casa. O Executivo deveria repassar os recursos para o custeio do Tribunal através da Assembléia, e a Assembléia repassaria ao seu órgão subordinado, que é o Ministério Público. Essa é a minha opinião.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERARDIN

Acho que V. Exa. toca em um assunto fundamental. Assim como o Poder Executivo deveria passar o recurso para o Poder Legislativo, da mesma forma eu penso do Judiciário, porque hoje o Executivo repassa recurso para o Tribunal de Alçada, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o Poder Judiciário e para a Assembléia Legislativa.

Então, acho que deveria ser de Poder para Poder. Evidentemente V. Exa. toca em um assunto muito importante.

Então, para encerrar, eu gostaria desde já de agradecer a contribuição que o Tribunal de Contas nos presta em desaprovando essas contas. E gostaria de alertar que estamos aguardando a remessa do material que ainda falta.

E estamos tentando, com o nosso pronunciamento e nossa posição, mostrar que o Tribunal tem que prestar contas ao Poder Legislativo, tem que emprestar os técnicos para que os técnicos colaborem com os deputados. E aliás, devo anunciar também que o Tribunal de Contas acabou de disponibilizar dois advogados para assessorar a CPI do Banestado.

Então, vejam que nós deveríamos requisitar os dois funcionários, mas nós estamos solicitando. Então, acho que é hora de esta Casa pensar numa postura diferente na hora de aprovar as contas do Poder Executivo, requisitar a ajuda dos técnicos do Tribunal de Contas. Os técnicos, sim, têm a condição de ajudar o Poder Legislativo, aproximar os técnicos do Poder Legislativo. Acho que aí nós poderíamos fazer um trabalho muito mais eficiente.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Com a palavra o deputado Natálio Stica, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhora presidente, deputada Arlete Caramês; senhoras e senhores deputados.

Recentemente tivemos aqui nesta Casa a visita de autoridades do litoral paranaense onde votamos pela intervenção do município de Matinhos, com o Dr. José Maria Correia assumindo a prefeitura daquela cidade.

Estive na quinta-feira em Matinhos e participei, a convite do prefeito José Maria, do 5º Mutirão Pró-Cida-

dania, chamado Pró-Cidadania Prefeitura nos Bairros. Um exemplo, senhor presidente, que é digno de uma transmissão aos demais prefeitos do Paraná para que possam usar como experiência.

O prefeito José Maria vai fazer trinta mutirões desses chamados Pró-Cidadania Prefeitura nos Bairros, já está no quinto, onde a prefeitura vai com todos, todas as suas secretarias e lá recebe, deputado Dobrandino, o senhor que tem uma experiência administrativa e já sabe bem do que eu estou falando, lá recebe parte da população do município que vem trazer as suas reivindicações.

Lá tem um corpo jurídico, lá tem a Secretaria do Meio Ambiente, lá tem a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Educação, todos os órgãos da prefeitura envolvidos atendendo a população. Imaginemos que a cidade de Matinhos, que não é uma cidade muito grande, a sua população é uma população relativamente pequena, terá trinta mutirões. Eu posso aqui afirmar, e sem medo de errar, que quase a totalidade da população de Matinhos vai ter um contato direto com todos os órgãos da Prefeitura Municipal. Que belo exemplo que vem de uma Prefeitura que está sob intervenção! Isso prova que o governador Roberto Requião acertou ao indicar o senhor José Maria Correia como interventor, agora prefeito daquele município. Fiz essa visita, e pela praticidade que eu pude perceber, me comprometi a trazer e fazer um relato aos senhores deputados, porque tenho a certeza que esse exemplo deve, deputado Alexandre Curi, ser seguido por outros prefeitos, para que possamos ver os municípios do Estado do Paraná dando respostas aos munícipes, para que todos possam ter acesso ao Poder Executivo. Que belo exemplo sai da cidade de Matinhos!

Aproveito ainda este horário para tecer algumas críticas a pronunciamentos que tenho ouvido, atentamente, aqui, não só hoje, mas em algumas Sessões passadas. Vejo alguns deputados chegarem aqui e fazer críticas à saúde do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde. Mas não os vejo fazerem nenhuma crítica às administrações passadas, que deixaram as secretarias do governo atual, com um orçamento tão prejudicado. Ouço pronunciamentos, como este último, agora, aliás, bem colocado pelo deputado Plauto Miró, onde reclama o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com toda a razão, e o direito que lhe é pertinente. Porém quero lembrar, que não estão de todo errado, os médicos da associação que fizeram as críticas. Não que lá não deva ter o curso de Medicina. Deve e o quanto antes, já que começou, corrigir os erros e as falhas, que temos naquela universidade. Por que é que eles fizeram a crítica? Porque não têm sequer um laboratório que condiga com as necessidades do curso dos moldes da Medicina. O curso de Medicina, não desmerecendo os demais, trata da continuidade da vida das pessoas. Não podemos sequer pensar em ter um médico formado em uma universidade que não dê as mínimas condições.

Deputado Augustinho Zucchi, infelizmente, a maioria das universidades estaduais estão nessa situação.

Estive recentemente visitando a Unioeste, uma universidade que sai da cidade de Cascavel, muito bem conhecida pelo Elton Welter, vai a Toledo, vai a quatro, cinco, seis municípios da região Oeste, que sai da divisa do municípios de Cascavel. O nome diz, Unioeste, pega todo o Oeste do Paraná. Veja a verba que está destinada àquela universidade. Ridícula! Ridícula! Isso vem do governo Jaime Lerner! Aqui, não é dito! Temos que pôr os pingos nos is! Temos que dizer quais foram as verbas deixadas pelo governo anterior para a saúde, educação, no nosso Estado. As verbas que foram colocadas em propagandas, muitas vezes maiores do que em determinados momentos, em áreas importantes como essa.

O Sr. Elton Carlos Welter

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. NATÁLIO STICA

Permitirei, na sequência, deputado.

Por isso quero dizer que não comungo com a Associação dos Médicos que não querem aceitar o curso, mas quero dizer, sim, que eles têm razão, quando falam que um curso de Medicina necessita de um laboratório, aparelhagens e verbas, para que esse curso seja, se não o melhor, mas entre os melhores, para que possamos ter competentes profissionais que saiam desse curso, para não termos no futuro médicos formados e que sequer tiveram a oportunidade de exercitar em um laboratório, dando-lhes as mínimas condições.

Precisamos neste ano, quando vamos discutir a LDO, do orçamento para as universidades estaduais do nosso Estado. Temos uma só federal, e em contrapartida, temos algumas estaduais, que é o que felizmente segura um pouco a educação do terceiro grau. Aqui, tem que ser feita uma discussão, para que o governo libere verbas, para que as nossas universidades dêem as condições necessárias que, infelizmente, nos últimos anos do governo Jaime Lerner não tiveram essa prerrogativa.

Concedo um aparte ao deputado do Oeste, Elton Carlos Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento e na Gazeta do Paraná do dia 02 de maio onde o Estado busca para o Hospital Universitário do Paraná, não é diferente para os hospitais universitários do Paraná; a situação é difícil. E há aqueles que querem soluções para os problemas da Saúde em questão de poucos meses. Já há, com certeza, vontade política muito grande em se resolver a Saúde Pública do Paraná, principalmente a vinculada com os hospitais universitários. Está uma situação dramática realmente, é claro que estamos no governo, mas há aqueles que querem soluções imediatas enquanto deixaram por oito anos num descaso quase que absoluto, em muitos casos.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço, deputado Elton Carlos Welter as suas palavras e quero dizer que felizmente o Estado do Paraná, o povo paranaense soube nas urnas na última eleição fazer com que mudasse o mando político do governo do Estado, elegendo o governador Requião.

Quem acompanha as propostas desse governo sabe que teremos um futuro promissor para nosso Estado, sabe que voltaremos a ser um Estado pujante da Federação brasileira, como já o fomos, e, infelizmente, sobrou terra arrastada! Felizmente salvamos a Copel que dentro do prazo de, no máximo um ano, talvez já não fosse mais do povo paranaense! Vamos recuperar a Sanepar. Estamos recuperando o Estado do Paraná e eu não tenho dúvida, ao cabo de quatro anos, teremos recuperado o Estado do Paraná.

Concedo o aparte à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Agradeço ao colega, e gostaria apenas de colocar que me somo à preocupação de V. Exa. Nós tivemos em Londrina, aliás não só em Londrina, mas no Paraná todo, a mais longa greve da história das universidades, em função do descaso do governo anterior.

Problemas gravíssimos em relação à estrutura e também os orçamentos das universidades foram absurdamente cortados! Lá em Londrina tivemos uma análise, uma documentação que nos mostrava que a verba 2001/2002, as verbas para a despesa de gabinete do governador do Paraná, na época Jaime Lerner, era maior do que a verba orçamentária encaminhada para as universidades no Norte do Paraná.

Isso é uma demonstração que realmente precisamos analisar o presente do ponto de vista da situação do passado, porque isso tem reflexos; nós vamos levar ainda um bom tempo para sanear estas dificuldades.

Acho importante esta lembrança, não podemos nos esquecer disso para não dar a impressão que todos os ônus que estamos vivendo hoje, seja na Educação, na Saúde e outras áreas, tenham a ver conosco, em tão pouco tempo de governo.

Quero cumprimentá-lo pela lembrança e pelo resgate que faz dessa situação das universidades do Estado do Paraná.

O SR. NATÁLIO STICA

V. Exa. ratifica as minhas palavras e com certeza nós haveremos de ter um novo Paraná a partir deste ano!

Para concluir, senhora presidente, este ano é realmente o ano da esperança, da esperança para o Estado do Paraná e para o Brasil com o Governo Lula!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra ao deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Faço uso da palavra, para estender um convite a todos os deputados para uma audiência pública que ocorrerá amanhã com o fórum estadual de cultura para debater a Lei de Incentivo à Cultura, que passa por um momento de instabilidade. Esta foi uma lei aprovada por esta Casa e também conhecida como Lei Vanhoni, pela sua autoria, pela iniciativa, lei essa que já está em pleno funcionamento em 15 municípios do Paraná, dentre os quais a cidade onde tive a honra de ser vereador.

Lá também herdamos uma Lei de Incentivo à Cultura, que precisou de adaptações, que necessitou de uma nova ordenação jurídica face às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vale dizer, que a preocupação desse fórum, e por isso faz uma plenária amanhã e convido os deputados e está convidada também a secretária da Cultura, Dra. Vera Mussi, para que possamos achar uma equação onde o incentivo à cultura esteja focado. Um dos eixos mais importantes da política pública, que é a inclusão social. Lei de Incentivo à Cultura, que está em debate não só no Paraná. Também a nível nacional há o movimento de alguns artistas fazendo críticas ao Governo Lula, pela exigência de contrapartida social nos recursos oriundos do setor público para investimentos na área cultural. Contrapartida social necessária, pois recurso público deve servir para instaurar políticas públicas. Contrapartida social que já vem sendo implantada também em Londrina.

O Festival Internacional de Teatro, uma conquista de décadas, já usa essa metodologia, que quando auferir o recurso público, apresentar a contrapartida social. A inclusão social levando teatro, oficina do teatro e periferia da nossa cidade.

Em Londrina investimos mais de 2 milhões e meio de reais na Lei de Incentivo à Cultura. Ainda que insipiente, a aplicação deste ano perfaria um valor no fundo de 3 milhões de reais para o Estado do Paraná todo. Mas é a adaptação dessa lei que nós cobramos; a sensibilidade já demonstrada no seu discurso de campanha, mas também demonstrada nas iniciativas no momento inicial de governo para que possamos ter no Paraná uma lei à altura do Estado. E também investimento à altura do Estado.

Essa audiência pública, companheiros, trata-se portanto da representação do setor cultural, daqueles que não se negam a dar a sua contrapartida em projetos de inclusão social.

Portanto, com essa plenária amanhã poderemos, sem dúvida nenhuma, em conjunto, porque há momentos em que Situação e Oposição devem cerrar fileiras pela implementação de políticas públicas. Portanto, se há algo de caráter universal, libertário, como características afirmativas da identidade cultural dos paranaenses, é exatamente um programa de incentivo à cultura para o Estado.

Portanto, companheiros, parece-me que amanhã, e até falava com a minha líder, a deputada Luciana Rafagnin, teremos a reunião da Liderança. Mas, concomitante a

essa reunião, se dará portanto essa reunião importante, onde o setor cultural do Paraná inteiro estará presente cobrando de nós, deputados e do governo, a adaptação dessa lei, uma forma adequada de aplicá-la, mas sem a suspensão portanto, dos projetos de iniciativa da população dos grupos que se articulam.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Com a palavra, o senhor deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhora presidente e senhores deputados.

Atentamente acompanhava o pronunciamento do companheiro Stica, do PT, que falava sobre a saúde. E quando falamos da saúde, é importante sempre destacar que a saúde hoje no Paraná está na miséria que está, nesse caos que estamos vivendo, é exatamente por uma razão: está certo o deputado Stica. O governo anterior, Jaime Lerner, pelo menos no que se refere à região dos Campos Gerais - estou falando em nome dos Campos Gerais e Ponta Grossa, foi um irresponsável de marca maior, foi um governador que muito pouco fez pela saúde. Fez muito pouco: poucos convênios. Nós, quando estivemos na prefeitura de Ponta Grossa, não recebíamos nem a cesta básica de remédios que o Estado recebia, não mandou ambulância para Ponta Grossa nos últimos oito anos. Enfim, a saúde é um caso de lá atrás, não é de hoje!

Mas, deputado Stica, nossa preocupação quando falamos da saúde hoje, é que todo dia, que fazemos rádio todo dia, que levantamos às 5 horas da manhã, que estamos no bairro toda semana, encontramos o drama da saúde. Encontramos mãe sem atendimento, falta de remédio, falta de leitos e, principalmente, falta de UTI's nos hospitais da nossa região.

Mas, me animei depois daquela caminhada. O secretário de Saúde, Dr. Cláudio Xavier, o próprio governador Roberto Requião, depois de nos receber numa audiência junto com os demais líderes desta Casa, estamos vendo uma luz no fim do túnel. E nesse momento agora, nesse horário três, três e meia, quatro horas o prefeito de Ponta Grossa está reunido com o secretário da Saúde do Estado e alguma mudança vai ocorrer na saúde, principalmente em Ponta Grossa. Alguma novidade deverá ser anunciada para que possamos sair dessa dificuldade, principalmente das UTI's.

O que mais nos animou, também, foi a presença da nossa deputada federal de Ponta Grossa, a deputada Selma - do PT, que vai marcar para esta ou para a próxima semana, em Brasília, uma audiência para tratar com o Ministro da Saúde a respeito da questão das UTI's e da melhoria do aumento da capacidade de teto, para poderemos credenciar mais as UTI's, porque surgiram em Ponta Grossa dois hospitais que estão dispostos a colocar mais 20 leitos de UTI, desde que haja credenciamento do Estado. O Estado diz que não tem o teto, mas a deputada Selma vai marcar esta audiência e haveremos - todas as lideranças de Ponta Grossa e Campos Gerais ir a Brasília

e pedir ao ministro da Saúde que aumente o teto das UTI's. E aí, automaticamente, vamos conseguir melhorar a saúde e ter as UTI's. Por isso vale o debate, deputado Stica, vale se cobrar, tudo vale! Porque tudo isso ajuda a levantar a situação que nós estamos vivendo, a levantar o momento que estamos passando.

Quero dizer que estou vendo uma luz no final do túnel e aquela caminhada me parece que não foi em vão. Valeu à pena. E, se precisar, daqui uns dias, deputada Elza, vamos até Brasília que é tão pertinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

Antes, a Mesa anuncia a presença do presidente do PMDB, da cidade de Carambeí, Sr. Bart e também anuncia a presença do deputado federal Luiz Carlos Haully.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana passada, felizmente tivemos a manifestação do deputado Durval Amaral, a respeito de um processo, no que diz respeito a uma repactuação de um contrato entre a Administração dos Portos de Paranaguá e uma empresa, se não me engano, o seu nome é Bandeirantes, que é responsável pela dragagem do Porto de Paranaguá. V. Exa. deputado Durval Amaral, trouxe ao conhecimento desta Casa, a possibilidade de que se um cidadão entrasse com uma ação popular, estaria fazendo uma denúncia de irregularidades na repactuação deste contrato.

Então, tivemos os feriados, mas de qualquer maneira, obtive algumas informações da Administração dos Portos. Realmente foi feito um novo termo aditivo, foi repactuado com esta empresa. Aconteceu uma licitação, que é em real, não é em moeda americana. Posteriormente houve um termo aditivo firmado pela administração da APA, na condução do Sr. Osires Stenguel Guimarães.

Resolveu-se pagar mensalmente e fazer a correção pela variação cambial desse contrato. É ilegal, a administração pública brasileira fazer um contrato dessa natureza!

Nesse sentido, foi feito uma correção com essa empresa, que redundou no reconhecimento público por parte da empresa, de que teria recebido a mais durante esses meses passados, em relação ao indexador que é a tabela própria do sistema de dragagem nacional, que vale para Paranaguá, para o Rio Grande, para Santa Catarina, para o Rio de Janeiro, para todos os portos do território nacional. A utilização da tabela é nacional e o indexador geral é o IGPM, não existe nenhuma cláusula no termo repactuado agora com variação cambial.

Então a informação trazida por V. Exa. naquele texto do denunciante, não corresponde exatamente com verdade. Todos os documentos estão à disposição do

denunciante e de V. Exa. também. A empresa Bandeirante reconheceu o recebimento a mais na ordem de 3 milhões 445 mil reais.

Então, até o final do ano, quando termina o contrato, será deduzido essa parcela de recebimento a mais das parcelas ainda a serem vencidas.

E a administração do Porto de Paranaguá, segura da lisura do repactuação dessa operação, porque apenas foi retirada a variação cambial, porque segundo a doutrina jurídica, estava sendo pago de forma ilegal. Recomenda o denunciante a entrar, se quiser, com qualquer ação popular; mesmo assim toda a documentação está à disposição. O pedido de informações feito pelo denunciante, entrou no dia 24 protocolado na APA; no dia 28 já tinha recebido a documentação.

Tenho a impressão de que o documento que V. Exa. me passou está com uma data entre o pedido do protocolo e o recebimento.

Então, acho que o denunciante acabou trazendo algumas informações naquele documento que V. Exa. me deu, que a data, se não me engano era dia 23. Não tinha recebido as informações prestadas pela APA, mas a APA já prestou as informações; não demorou quatro dias, poderia ter esperado 15 dias, como manda a Justiça do Direito Civil Público Brasileiro.

Quero dizer que pode levar essa questão ao denunciante, se V. Exa. quiser fazer um Pedido de Informação e trazer para a Assembléia, toda a documentação está à sua disposição e se o denunciante desejar entrar com uma ação popular contra a administração da APA, no que diz respeito a este contrato da dragagem, é bom que o faça, porque segundo a administração não há nada a corrigir nessa repactuação.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero cumprimentar e agradecer-lhe pela atenção que teve ao caso e agradecer as informações que traz a este Plenário e a este parlamentar.

Recebi essas denúncias e dou-me por satisfeito com as suas informações, mas se V. Exa. pudesse - já que as tem por escrito - me repassar, eu poderia encaminhar ao denunciante, para que ele tome as providências que julgar convenientes e necessárias.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou lhe entregar pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 15/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, sugerindo a isenção de pagamento de taxas de expedição

de 2ª via, de Cédula de Identidade e Carteira de Habilitação das pessoas que comprovarem que foram vítimas de furto ou roubo. **À Comissão de Finanças e Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nºs de 02 (dois) de autoria do deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que regulamenta o Artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19.03.2002).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que institui a Região Metropolitana de Cascavel. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17.03.2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 005/2003, de autoria da Comissão Executiva, que revoga a Resolução nº 020/2001, de 11 de dezembro de 2001, que fixou regras para celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana-previdência, com vistas a instituição de um plano de previdência para os diretores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 23.04.2002- Em 1ª Discussão).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 006/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de março de 2003, conforme Resolução nº 015/2003, de 19.04.2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 23.04.2003- 1ª Discussão).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, com o objetivo primordial de modernizar e dinamizar o procedimento das sindicâncias e processos admi-

nistrativos disciplinares e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CCJ E SP. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda da CCJ. **Aprovada** com aprovação do deputado Delegado Bradock.

Emendas da Comissão de Segurança Pública. **Aprovadas.**

O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2002, de 26.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 480/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Elio Rusch, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 480/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Elio Rusch, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel, que especifica, para o município de Terra Roxa.

Trata-se, de fato, da devolução de um imóvel doado nos idos de 1968 pela município de Terra Roxa ao Estado do Paraná, o qual, hoje com a municipalização da saúde pública, necessita da retrocedência do imóvel, até por exigência legal, para, no local, o município de Terra Roxa ampliar o Posto de Saúde daquela municipalidade.

Considerando-se a função desta Comissão a análise do mérito do projeto e não a sua legalidade, mormente quanto à sua iniciativa, que já foi apreciada e aprovada na legislatura passada pela Comissão de Redação e Legislação, manifestamo-nos favoráveis à aprova-

ção do mesmo, posto tratar-se de objetivos com integral interesse público.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pela Administração Direta, Indireta e Funcional do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 018/2003. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 001/2003 E 018/2003

P A R E C E R :

As proposições em questão tratam dos Projetos de Lei nºs 001/2003 e 018/2003, de autoria dos ilustres deputados Edson Praczyk e Tadeu Veneri, respectivamente, dispõem sobre a utilização de programas abertos pela Administração Direta, Indireta, Fundacional, Autárquica, Empresas estatais e órgãos autônomos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar acerca da legalidade e da constitucionalidade dos projetos de lei que passam a tramitar em anexos, conforme requerimento aprovado em Plenário, registro parecer favorável à aprovação, visto que o Estado, como fornecedor do desenvolvimento tecnológico e da democratização do acesso a novas tecnologias para a sociedade, não pode se furtar da responsabilidade de priorizar a utilização de programas abertos, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 001/2003

Substitua-se o artigo 2º do Projeto de Lei 001/2003 pelo que segue:

Art. 2º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sob nenhum aspecto a sua cessão, distribuição, utilização ou alteração de suas características originais, assegurando ao usuário acesso irrestrito e sem custos adicionais ao seu código-fonte, permitindo a alteração parcial ou total do programa para seu aperfeiçoamento ou adequação.

§ 1º - Para fins de caracterização do programa aberto, o código-fonte deve ser o recurso preferencial utilizado pelo programador para modificar o programa, não sendo permitido ofuscar sua acessibilidade, nem tam-

pouco introduzir qualquer forma intermediária como saída de um pré-processador ou tradutor.

§ 2º - Quando da aquisição de softwares proprietários, será dada preferência para aqueles que operem em ambiente multiplataforma, permitindo sua execução sem restrições em sistemas operacionais baseados em software livre.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva dar maior precisão na conceituação de programa aberto.

Não se contrapõe ao texto original, mas amplia os elementos de caracterização dos denominados programas abertos.

EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitua-se o artigo 7º do Projeto de Lei nº 001/2003 pela que segue:

Art. 7º - Será permitida a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não estejam de acordo com esta lei, nos seguintes casos:

I - quando o software analisado atender a conteúdo o objetivo lícito ou contratado, com reconhecidas vantagens sobre os demais software concorrentes, caracterizando um melhor investimento para o setor público;

II - quando a utilização de programas livre e/ou com código-fonte aberto causar incompatibilidade operacional com outros programas utilizados pela administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado, ou órgãos autônomos e empresas sob o controle do mesmo.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A possibilidade de contratação de programas que não sejam abertos não deve estar excluída totalmente, mas deve ser feita com todos os cuidados e com as definições previstas nessa emenda.

A Administração poderá contratar outros programas de computador com restrições proprietárias desde que efetivamente a Administração Pública tenha vantagem a curto, médio e longo prazo.

EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Adite-se o artigo 4º do Projeto de Lei 001/2003 parágrafo com o teor seguinte, procedendo-se a remuneração necessária:

§ 2º - Não poderão ser utilizados programas cujas licenças:

I - impliquem em qualquer forma de discriminação a pessoas ou grupos;

II - sejam específicas para determinado produto, impossibilitando que programas derivados deste tenham a mesma garantia de utilização, alteração e distribuição;

III - restrinjam outros programas distribuídos conjuntamente.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A liberdade de modificação dos programas não pode ir além dos princípios aplicáveis à Administração Pública e daqueles que sustentam valores do estado democrático e de direito.

Não se pode sair do monopólio de poucos para gerar outros monopólios.

Por essas razões é que os programas não devem ser causadores de discriminações ou privilégios.

A emenda não altera substancialmente o conteúdo do projeto pois essas previsões estão nos artigos 5º e 6º, mas adequa à técnica legislativa na medida que transforma em parágrafos dentro do artigo que expressamente trata da licença.

Nesse sentido é que apresentamos essa emenda no item que se refere aos conceitos e aplicabilidade de licenças.

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, AOS PROJETOS DE LEI NºS 001/2003 E 018/2003

Art. 1º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal utilizarão, preferencialmente, programas abertos de computador e programas de computador com licenças proprietárias, fundada a opção em motivos de conveniência e oportunidade administrativa, sólidas garantias e no resguardo do interesse público.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto de computador aquele cuja licença de uso não restrinja sua distribuição, cessão, utilização ou alteração de sua característica original.

Art. 3º - Entende-se por programa com licença proprietária aquela cuja licença de uso implica em pagamento de licença pela propriedade intelectual de sua criação, e que apresenta garantia do fabricante com relação à sua eficácia e exata utilização.

Art. 4º - O programa aberto deve assegurar ao usuário o acesso irrestrito ao seu código-fonte sem custos, podendo o programa de computador ser modificado para o seu melhor funcionamento.

Parágrafo Único - O código-fonte deve ser utilizado como recurso para alteração do programa aberto, vedada a introdução de formas intermediárias de acesso.

Art. 5º - A licença do programa aberto poderá restringir somente a distribuição do código-fonte em forma modificada, caso autorize a distribuição de programas alterados em conjunto com o código-fonte original, para alteração do programa durante o processo de compilação.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo permitirá a distribuição de programa compilado a partir do código-fonte modificado, podendo exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão para distingui-los do original.

Art. 6º - Os programas abertos utilizados pela administração direta no Estado do Paraná não poderão ter licença específica para um único produto, possibilitando que os programas extraídos do original tenham também livre alteração, distribuição ou utilização.

Art. 7º - Quando promover alteração de programa aberto de computador, a administração pública direta manterá a indicação do programa original e esclarecerá o usuário sobre a modificação introduzida, bem como o informará sobre eventuais custos relativos à manutenção, serviços de reparos, assistência técnica, comunicação e suporte técnico.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETOS DE LEI NºS 001/2203 E 018/2003

P A R E C E R :

Os projetos de lei em tela são de lavra dos senhores deputados Edson Praczyk e Tadeu Veneri, respectivamente, que dispõem sobre a utilização de programas abertos pela Administração Direta, Indireta, Fundacional, Autárquica, empresas estatais e órgãos autônomos.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia, cumprindo-nos a missão de louvar a iniciativa, conotando a importância, o alcance e mérito da questão.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões, em 02.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETOS DE LEI NºS 001/2003 E 018/2003

P A R E C E R :

De autoria dos deputados Edson Praczyk e Tadeu Veneri respectivamente, dispõem sobre a utilização de programas abertos pela Administração Direta, Indireta e Fundacional, Autárquica, empresas estatais e órgãos autônomos.

Esta Comissão, ao analisar a matéria, concordou que o Estado como fomentador do desenvolvimento tecnológico e da democratização do acesso às novas tecnologias para a sociedade, não pode se furtar da responsabilidade de priorizar a utilização de programas abertos e se as pequenas, médias e grandes empresas multinacionais já estão adotando programas abertos, evitando assim o pagamento de centenas de milhões de dólares em licenciamento de programas, porque deveria o Estado, com uma infinidade de causas sociais carentes de recursos, continuar comprando, e caro, os programas de mercado; mediante avaliação consubstanciada, só temos que nos manifestar favoráveis quanto ao mérito da questão.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 785, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 803, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 804, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 807, 808 e 822, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 812 e 834, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 813, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 815, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 816 a 821, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 823, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 824, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 825 e 826, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 828 a 833, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 836, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, antes de encerrar a Sessão, queria registrar, em nome dos nossos companheiros e companheiras parlamentares, que no dia de hoje está de aniversário o nosso presidente Hermas Brandão. Não sei se ele está por aqui ou não, mas gostaria de deixar consignado os nossos parabéns e as nossas congratulações pela convivência e pelo respeito que temos pelo nosso presidente, nosso amigo e nosso companheiro, Hermas Brandão.

E também gostaria de dizer que nos próximos dias ele comunicará onde será a recepção para os deputados, da festa de confraternização para comemorar o seu aniversário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos ao deputado Augustinho Zucchi pela lembrança do aniversário do presidente Hermas Brandão e ele disse que hoje, quem quiser, pode ir no Ile de France.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 480/2002 e 001/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 760/2002 e 050/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata da CPE:

COMISSÃO PARLAMENTAR EXTERNA REFORMA TRIBUTÁRIA ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no gabinete parlamentar do deputado Reni Pereira,

foi realizada a primeira reunião da Comissão Parlamentar Externa Reforma Tributária, sob a presidência do deputado Reni Pereira e contando com a presença dos deputados Durval Amaral e José Maria Ferreira, membros da comissão, e dos senhores Homero de Arruda (técnico da Secretaria da Fazenda), Yukihiro Hamada (Sindicato dos Fiscais), Giancarlo Almeida Torres e Rafael de Lala. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor Homero de Arruda que discorreu sobre a transmissão do processo de reforma tributária no Congresso Nacional. Os deputados membros, após debaterem sobre o tema, concordaram que a comissão deve esperar ter conhecimento do texto da proposta que o Governo Federal deve enviar ao Congresso nos próximos dias, para tomar as medidas cabíveis aos objetivos da criação da CPE da Reforma Tributária, que é acompanhar os estudos realizados por iniciativa da União em torno da Reforma Tributária. Todo o decorrer da reunião está contido nas notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de 2003, às 14:00 horas, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Elton Carlos Welter, Ratinho Júnior, José Maria Ferreira (presidente) e a deputada Elza Correia, com o intuito de eleger o vice-presidente da Comissão bem como deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta. Primeiramente o senhor presidente, comunicou aos membros que todas as terças-feiras, às 14:00 horas na sala de reuniões das comissões, a mesma reunir-se-á, salvo ocasiões que houver matéria em caráter de urgência a ser analisada, sendo para isto, convocados em seus gabinetes com antecedência de 24 horas, bem como o não comparecimento às reuniões, por 3 vezes consecutivas, redundará em substituição do membro, mediante ofício enviado à presidência da Casa. Expôs aos deputados a atuação que a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações deverá ter, no sentido de promover reuniões extraordinárias, solicitando órgãos públicos do Estado, para que compareçam à Comissão, com o objetivo de explicar eventuais irregularidades que os nobres pares venham a detectar, cumprindo assim a

douta Comissão, seu caráter de fiscalização. Sem mais, o senhor presidente iniciou os trabalhos, inquirindo aos componentes se possuíam indicação ao seu Partido, de algum membro para realizar a função de vice-presidência, não houve manifestação, sendo aclamado por unanimidade a deputada Elza Correia como vice-presidente. Na sequência, deu prosseguimento à análise da matéria ordinária, conforme pauta: 1 - Projeto de Lei nº 50/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Relator: José Maria Ferreira, que solicitou em seu gabinete, anteriormente à reunião atual, as entidades envolvidas ao presente projeto: Batalhão da Polícia Florestal de Morretes, Apae de Morretes e Corpo de Bombeiros, para que fornecessem informações referentes à matéria, no sentido de embasar seu parecer, que seria analisado em data oportuna pelos demais membros. De posse de tais informações, e ao ser exposto nesta reunião a matéria, verificou-se que o mesmo não contém irregularidades que impeçam sua normal tramitação, e que do ponto de vista meritório só tem a louvar a intenção em que ocupar a área com outras construções e serviços, que serão extremamente úteis ao município, assim sendo apresentou Emenda Modificativa, no sentido de substituir a expressão do parágrafo único do artigo 1º da referida lei, “para outros serviços do Poder Executivo” por “Instalação do Corpo de Bombeiros”, pretendendo assim regulamentar a matéria a destinar autorização específica ao que se pretende. Exposto isto, o parecer foi APROVADO pelos demais nobres pares. Em seguida distribuiu os demais projetos, constantes na pauta, a execução dos devidos pareceres, para serem analisados na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Durval Amaral, Jocelito Canto, Elton Welter,

Chico Noroeste e mais os senhores deputados Edson Praczyk, Vanderlei Iensen e Elza Correia. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando em discussão e votação a Ata da reunião anterior - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 13.131/2002. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de 2003, às 14:00 horas, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Elton Carlos Welter, Ratinho Júnior, Rafael Greca, Francisco Bühner, Elza Correia como vice, presidindo a reunião, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta. Primeiramente a senhora deputada, comunicou aos membros a substituição do deputado Ademar Traiano, suplente, pelo deputado Francisco Bühner, que por sua vez substituirá, em todas as reuniões, o então deputado Nelson Tureck que se encontra de licença. Logo na sequência a senhora deputada pediu dispensa da leitura da Ata anterior, passando então a tratar os assuntos mediante a pauta: 01) Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator: deputado Elton Carlos Welter; 02) Projeto de Lei nº 001/2003 e 18/2003 (anexados) de autoria dos senhores deputados Edson Praczyk e Tadeu Veneri, respectivamente. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator: deputado Ratinho Júnior. Nada mais havendo a tratar a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária